

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

Rural ou Natural? O Papel-chave do Ambiente na Procura das Áreas Rurais
(os casos da ‘Serra da Freita’ e do Parque Natural de Montesinho)¹

Elisabete Figueiredo

Departamento de Ambiente e Ordenamento – Universidade de Aveiro

1. Introdução

Nesta comunicação, partimos da constatação de que o mundo rural adquiriu um *valor simbólico* para os urbanos, valor esse que é essencialmente constituído por representações diferenciadas do ambiente e da cultura rural. O emergir desta imagem social do rural como *reserva ambiental e cultural*, parece traduzir-se por uma nova dicotomia entre a cidade e o campo, ao nível das representações, entre modos de vida, sistemas de valores e organização social. Esta dicotomia tende a valorizar os espaços rurais, através da relação mais directa com uma natureza que se supõe a *mais intacta*.

No contexto das novas procuras e consumos das áreas rurais, uma questão fundamental é a existência de um desfasamento temporal entre as questões ambientais e as dinâmicas sócio-económicas dos meios rurais. Este desfasamento suscita visões diversas, senão mesmo opostas, dos aspectos que devem formar o desenvolvimento, para os *rurais* e os *urbanos*. Do mesmo modo que alguns autores salientam a existência de diversas *culturas do ambiente*, parece legítimo afirmar também a diversidade das *culturas do desenvolvimento*, igualmente determinantes neste domínio.

A comunicação aborda, assim, o papel e o lugar que os aspectos ambientais ocupam nas procuras e consumos das áreas rurais, particularmente tendo em conta os casos da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho (PNM). A análise apresentada é sustentada pelos resultados de inquéritos por questionário e por entrevista aos visitantes, habitantes e entidades políticas de ambas as áreas

¹ Algumas partes desta comunicação foram apresentadas em: Figueiredo, E. (2001) “O Rural Como Reserva Ambiental – O Lugar do Ambiente nas Procuras Externas das Áreas Rurais, comunicação ao IV Coloquio Hispano-Portugués De Estudios Rurales: La Multifuncionalidad De Los Espacios Rurales De La Península Ibérica, IDEGA, Santiago de Compostela, Junho.

mencionadas. Argumentamos que mais do que as características *especificamente rurais*, ligadas ao trabalho, à cultura e às formas de organização social, são os aspectos ambientais aqueles que parecem condicionar as procuras e os consumos dos visitantes do espaço rural. Argumentamos ainda que as diferenças observadas entre habitantes e visitantes não são apenas devidas às características objectivas de cada uma destas categorias, mas igualmente a percepções e experiências muito diversas em termos de desenvolvimento económico e social.

2. O Rural Como Reserva Ambiental

Ao longo de várias décadas, o espaço rural foi marginalizado, integrado e valorizado, correspondendo estas fases primeiro a uma situação dicotómica (o rural definido por oposição ao urbano, como o seu negativo) depois a uma situação de *continuum* (que, na prática, continuou a demarcar os dois espaços, uma vez que nem todas as áreas rurais representavam o mesmo nível de interesse para o sistema de desenvolvimento dominante) e finalmente, na actualidade, a uma situação de valorização social e institucional crescente, que parece corresponder à (re)descoberta do mundo rural como reserva de heranças e memórias sociais, culturais e ambientais únicas (e.g. CCE, 1988; Figueiredo e Rosa Pires, 1992; Figueiredo, 1999a e 2001). A estas diferentes fases correspondem também diferentes representações do mundo rural que passam do entendimento desse mundo como *negação da modernidade* (representada essencialmente pelo *urbano*) pelo apego às tradições, aos modos de vida camponeses e relativamente fechados, para o seu entendimento como *herança a preservar*, pela sua *modernidade*, paradoxalmente devido a esse mesmo apego às tradições e à perpetuação do modo de vida rural.

O emergir da imagem social e institucional do rural como *reserva ambiental* e/ou como *reserva cultural* parece traduzir-se por uma nova dicotomia rural-urbano, ao nível das representações, entre modos de vida e sistemas de organização social rurais e urbanos, sendo agora os primeiros crescentemente valorizados. Esta valorização decorre de uma das mais marcantes características atribuídas às áreas rurais – a existência e subsistência de uma relação mais directa com uma natureza que se pensa *menos degradada*. Esta visão do mundo rural, não já como produtor de alimentos mas antes como guardião das paisagens e das memórias e tradições (e.g. Figueiredo, 1999c, 2000 e 2001), traduz-se pela redefinição da ruralidade que “a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente do que

podemos designar por reserva de qualificação ambiental” (Reis e Lima, 1998). São principalmente os habitantes das cidades “os portadores desta redefinição social da ruralidade, a qual não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais” (idem, ibidem).

Se os residentes urbanos (e também, em certa medida, o próprio Estado) têm da natureza e do ambiente rural uma representação a que podemos chamar *estética*, os habitantes rurais têm, geralmente, desses mesmos aspectos, uma visão a que podemos chamar *utilitária* (e.g. Figueiredo, 1996, 2000 e 2001). Como tivemos ocasião de referir em trabalhos anteriores, do confronto destas duas visões que, fundamentalmente, correspondem aquilo a que Marc Mormont (1994) chama “*culturas da natureza*” diversificadas, podem decorrer conflitos entre os distintos aspectos que enformam cada uma delas². Como teremos ocasião de comprovar no ponto seguinte, a perspectiva urbana tende a representar a natureza (e por identificação, também o ambiente³) como selvagem, afastada do Homem e sem o impacte da sua acção (e.g. Mathieu e Jollivet, 1989). Esta perspectiva anti-utilitarista, ou seja, que não encara a natureza como recurso de suporte às actividades do Homem, mas antes como uma idealização, como um objecto estético, de apreciação, tende por assim dizer a *sacralizar* partes dessa mesma natureza e por associação também o ambiente e, conseqüentemente, o campo. Como referem Redclift e Woodgate (1994): “*o campo tem assumido um estatuto de herança, como as catedrais, porque nos mostra o nosso passado*”. Esta visão “*é estranha às relações que os rurais mantêm com o seu território que é para eles [antes de mais] um recurso, do qual depende a sua vida*” (Mormont, 1994).

Como referimos na introdução, esta procura social do campo, por razões relacionadas com as suas características (reais ou idealizadas) ambientais, ocorre no mesmo momento em que o rural procura aceder ao desenvolvimento económico e social. Para certos autores, como por exemplo Etchelecou (1991) esta questão é essencial, já que pressupõe a existência de um desfasamento histórico entre as questões do ambiente e as dinâmicas sócio-económicas dos espaços rurais. Este desfasamento integra, obviamente, tanto percepções e valorizações diversas do ambiente, como visões diversas, senão mesmo opostas, dos aspectos que devem

² Nomeadamente, aspectos como diferentes interesses, aspirações e necessidades.

³ Lembramos aqui as palavras de Mathieu e Jollivet (1989) a propósito da visão urbana sobre o ambiente: “*o ambiente é a natureza e a natureza é o campo*”.

formar o desenvolvimento, para *rurais* e *urbanos* (Figueiredo, 2000). Isto porque as questões ambientais emergiram nas sociedades urbanizadas e industrializadas do mundo ocidental. Não são questões originalmente rurais, que os rurais coloquem a propósito do seu quotidiano ou do seu modo de desenvolvimento. No entanto, estas questões dizem cada vez mais respeito ao mundo rural (e.g. Mormont, 1994) e este aparente paradoxo parece constituir um elemento-chave na análise e compreensão das relações entre ambiente e desenvolvimento rural, dos conflitos que podem surgir e ainda das oportunidades que podem originar (e.g. Mormont, 1994). De um modo geral, para os rurais, o desenvolvimento tende a materializar-se através de grandes obras, da industrialização, da construção de estradas e outras infraestruturas⁴, enquanto que para os urbanos, o desenvolvimento envolve actual e de forma crescente, aspectos como a harmonização das actividades económicas e a conservação da natureza. Estas visões descoincidentes pressupõe a existência daquilo que podemos designar por *culturas de desenvolvimento* diversificadas e que parecem estar essencialmente associadas aos níveis de desenvolvimento socio-económico experimentados no quotidiano e traduzidos, entre outros aspectos, pelo acesso a bens e serviços.

Em Portugal, no plano simbólico-ideológico, o mundo rural é ainda muito associado à actividade agrícola e a um certo *subdesenvolvimento* ou *atraso* em termos sociais e económicos. Estas representações sociais do rural estão ainda muito condicionadas pelo *conservadorismo ruralista* exaltado pelo Estado Novo e que, como referem Mansinho e Schmidt (1997), ainda não deixou de ser ideologicamente explorado, nomeadamente mesmo a nível institucional e político. À imagem de *atraso* das áreas rurais alia-se uma representação de maior contacto com uma natureza *mais intacta* e a relativa permanência de valores morais e de tradições culturais.

Uma outra representação social de rural, relativamente dominante em Portugal, segundo as mesmas autoras, relaciona-se com um discurso industrialista de modernização das estruturas agrícolas que teve o seu apogeu nos anos 50-60 e que as medidas produtivistas da Política Agrícola Comum (PAC) vieram reavivar logo depois da adesão do nosso país à União Europeia.

Ainda outra concepção simbólica de rural, ao nível nacional, assemelha-se mais à que temos vindo a mencionar em termos globais. Trata-se, segundo Mansinho e Schmidt (1997) de um simbolismo emergente tanto no discurso político, como em

⁴ Ver a propósito destas questões o trabalho sobre a instituição do Parque Arqueológico do Vale do Côa, desenvolvido por Figueiredo e Martins (2001).

certos sectores urbanos sem (ou com já muito frágeis) raízes rurais. Este simbolismo encontra-se associado à representação do rural como tendo um papel importante na preservação da qualidade ambiental. É nesta linha que se pode inscrever o postulado, mais geral, de que *“as áreas rurais não são apenas locais onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham funções vitais para a sociedade entendida globalmente”* (CCE, 1988).

Em Portugal, as noções de rural e de ruralidade apresentam, assim, algumas variações nos elementos que as enformam, variando desde uma quase rejeição devido ao *atraso* das áreas rurais, até uma valorização pela sua *modernidade* ou *pós-modernidade* e importância enquanto reserva de qualificação ambiental e cultural. A este propósito, como referem alguns autores, a maioria das áreas rurais portuguesas podendo ser definidas como áreas em declínio social e económico e que permaneceram por décadas afastadas da modernidade e dos modelos de desenvolvimento que lhes davam forma (de carácter centralista, economicista e de sede urbano-industrial), parecem actualmente reunir as condições necessárias à *pós-modernidade*. Como referem Reis e Santos (1995), com a crise do modelo agrícola (espelho da crise mais geral dos modelos de desenvolvimento excessivamente baseados no crescimento económico) assente na modernização e na tecnologia, o *déficit* da agricultura familiar portuguesa e das próprias sociedades rurais, tende cada vez mais a atenuar-se. Esta situação parece, assim, poder conduzir a *“uma recodificação das áreas rurais portuguesas de pré-modernas em pós-modernas”* (Reis e Santos, 1995).

A vertente de crescente valorização das áreas rurais em Portugal, está, aliás, bem patente nas propostas e medidas para o desenvolvimento rural constantes do Plano de Desenvolvimento regional (PDR), do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) ou ainda em alguns princípios do Plano Nacional de Política do Ambiente (PNPA) e de programas desenhados especificamente para as áreas rurais, como o LEADER ou os recentes Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) e Plano Operacional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (POADR), onde é fácil constatar que as preocupações institucionais, neste domínio, decorrem essencialmente de necessidades *urbanas*, frequentemente relacionadas com o turismo, o recreio e o lazer. O mesmo pressuposto pode ser observado, a um nível mais global, nas propostas da OCDE (1993) relativamente ao futuro das áreas rurais, nomeadamente que *“a atenção aos recursos naturais e ao ambiente natural constitui um importante objectivo para as áreas rurais remotas. Elas são, entre outras coisas,*

uma reserva natural (...). Preservar e manter os aspectos naturais pode ser uma actividade-chave em muitas áreas rurais a longo prazo. Mais, o público está cada vez mais interessado em salvaguardar o ambiente, esteticamente e por outros factores, nas áreas rurais remotas, mesmo naquelas com pouco valor de mercado e pouca visibilidade nacional”⁵.

Como referimos antes, em Portugal a maior parte das áreas rurais, pelas suas características de *pré-modernidade* e pelo processo de marginalização económica e social que sofreram, preenchem os requisitos expostos na citação da OCDE e parecem, assim, poder desempenhar as funções que a sociedade crescentemente lhes atribui de *reservas ambientais*.

3. Rural ou Natural? O Papel do Ambiente nas Procuras das Áreas Rurais em Portugal

3.1. Caracterização Breve das Áreas da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho

As áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita, apesar de geograficamente afastadas (ver mapa com a localização das áreas em anexo), partilham muitas características demográficas, económicas e sociais. Todavia, existe uma distinção relativamente importante entre ambas: o facto de a primeira ser uma área protegida e a segunda não possuir nenhum estatuto legal de protecção. Consideramos esta diferença fundamental, já que enquanto o PNM é institucionalmente reconhecido como espaço rural *extraordinário* do ponto de vista ambiental, a Serra da Freita é considerado apenas um espaço rural *vulgar* do mesmo ponto de vista. Por outro lado, cremos que a diferença de estatuto mencionada é fundamental também em termos das diferentes percepções face a estes espaços e aos seus ambientes e elementos naturais, bem como face aos processos de desenvolvimento. Consideramos ainda que no caso do Parque Natural de Montesinho, pela própria natureza dos seus objectivos de criação, a conciliação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento económico e social será mais evidente.

O Parque Natural de Montesinho (criado pelo Decreto-Lei 355/79 de 30 de Agosto) tem sido frequentemente apontado como um caso exemplar, no contexto

⁵ Sublinhado nosso.

português, no que se refere à sua administração e ao seu funcionamento. O PNM foi criado numa das áreas mais remotas do nosso país – o Nordeste Trasmontano – e integra 35 freguesias e 92 lugares dos concelhos de Vinhais e Bragança. O PNM abrange uma área total de cerca de 75 000 ha e foi criado com os objectivos fundamentais de *“garantir a protecção dos aspectos naturais existentes, a defesa do património arquitectónico e cultural e a renovação da economia local, o desenvolvimento das actividades artesanais e a promoção do repouso e recreio ao ar livre”* (DL 355/79, artº3º)⁶. Em termos demográficos, tendo em conta os dados dos Recenseamentos da População e as caracterizações elaboradas por Gafeira (1989, 1995a e 1995b) e Caballero (1998), observamos que entre 1960 e 1991 a área correspondente ao actual Parque perdeu mais de metade dos seus habitantes (cerca de 53%), particularmente na década de 80⁷. Se a este valor juntarmos o valor das perdas populacionais ocorridas entre 1991 e 1996⁸ (cerca de 19%), observamos que ao longo dos seus vinte anos de funcionamento do PNM, a sua população teve um decréscimo total de mais de 60%. Se, por um lado, esta situação de decréscimo populacional muito significativo é comum a toda a região do Nordeste Transmontano (particularmente devido aos fenómenos de migração e emigração ocorridos principalmente na década de 60) por outro lado seria de esperar que, pelos próprios objectivos de criação do Parque, esta área não sofresse uma diminuição tão importante precisamente durante a sua vigência. Em 1996, viviam no PNM 8303 pessoas⁹.

A esta brevíssima caracterização demográfica, associa-se uma população activa extremamente reduzida e um leque de actividades económicas pouco diversificado, sendo que cerca de 50% dos habitantes são reformados. 59% da população activa trabalha na agricultura, 14% no sector secundário e 26% emprega-se no sector terciário. A este quadro, podemos juntar o facto de se tratar de uma área onde coexistem carências diversas em termos de infraestruturas básicas e de equipamentos

⁶ Passadas duas décadas sobre a sua criação, no entanto, a renovação da economia local e a fixação das populações são tarefas incumpridas, se bem que (como é reconhecido no DL da sua criação) ambos os aspectos são considerados fundamentais para a preservação dos elementos naturais da área. Estas afirmações encontram suporte na análise da evolução das características demográficas e sócio-económicas das freguesias e lugares que integram o Parque.

⁷ Entre 1981 e 1991 o PNM perdeu quase 42% dos seus residentes

⁸ Os dados demográficos e sócio-económicos relativos a 1996 são produto de um recenseamento da População do PNM, elaborado por Caballero (1998).

⁹ Dos 92 lugares que integram o Parque, 65% têm menos de 100 habitantes.

sociais¹⁰, como apontado pela maior parte dos entrevistados com responsabilidades políticas na área e ainda pela maior parte dos habitantes.

Apesar deste *esvaziamento* de Homens e actividades, o PNM tem-se constituído como uma das áreas rurais nacionais mais atractivas em termos turísticos, ao longo dos últimos anos. Como veremos, os visitantes do Parque parecem ser atraídos por esta situação de declínio que descrevemos e que, em grande medida, corresponde também (e perversamente) à noção de uma maior qualidade ambiental, a uma maior preservação dos lugares e das paisagens, i.e., à noção de ruralidade associada à manutenção da memória do passado. Esta procura do *paraíso perdido* encontra eco no “*simbolismo ambiental e cultural*” que Buttel (1992) considera ser frequentemente associado às áreas rurais mais remotas.

A Serra da Freita, vulgarmente chamada assim, é uma área de confluência de três conjuntos montanhosos do centro do país – Gralheira, Montemuro e Arada. A área considerada como Serra da Freita ocupa cerca de 35000 ha e é partilhada pelos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul, integrando completa ou incompletamente 78 lugares de 19 freguesias¹¹.

A população residente nesta área em 1991 era de 8310 habitantes e a densidade populacional de cerca de 23,4 hab/Km². Dos 78 lugares que integram esta área, 59% possuem menos de 100 habitantes. A Serra da Freita, à semelhança do que acontece com muitas áreas montanhosas do país, tem conhecido perdas substanciais de população, essencialmente a partir da década de 60. Efectivamente entre 1960 e 1991 esta área perdeu aproximadamente 70% dos seus habitantes, situação que pode ser explicada pelos fenómenos de emigração ocorridos na maior parte das áreas do interior a partir dos anos 60, mas que pela proximidade desta área com o litoral não podemos deixar de considerar relativamente surpreendente¹².

¹⁰ Em 1997-1998, altura em que realizámos o trabalho de campo nesta área, a maioria dos lugares não possuía saneamento básico e surpreendentemente (mesmo porque se trata de um Parque Natural) num número elevado de aldeias pertencentes ao concelho de Bragança não existia um sistema de recolha de lixo. Esta situação foi resolvida no decurso de 1998. A maior parte das freguesias não dispõe igualmente de médico, centro de apoio a idosos e crianças. Por outro lado, uma parte importante das escolas primárias da área do PNM encontram-se encerradas por número insuficiente de crianças. Também o sistema de transportes, apesar de as distâncias em relação a Bragança e a Vinhais não serem muito significativas, é claramente insuficiente.

¹¹ Uma vez que se trata de uma área de difícil delimitação, considerámos os limites propostos no *Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Freita* (GAAPE, 1996)¹¹ Este Plano, por sua vez, considera os limites do proposto como biótipo Corine, corrigindo-os um pouco.

¹² A área da Serra da Freita fica situada, por exemplo, a cerca de 50 km da cidade de Aveiro e a uma distância aproximada da cidade do Porto.

A área da Serra da Freita é uma área onde predomina também uma população idosa e inactiva, embora menos que na área do PNM. Apenas 47,7% da população é activa e cerca de 25% do total da população é constituída por reformados. A maior parte da população activa (50%) trabalha no sector primário, onde a pecuária desempenha um papel importante e a agricultura tem um papel mais residual. Trata-se ainda de uma área onde se manifestam diversas carências em termos de infraestruturas básicas e de equipamentos sociais. Apesar deste cenário, ou precisamente devido a ele, como argumentámos antes, esta área regista níveis elevados¹³ de procura e consumo por parte de *não residentes*, sobretudo por parte de uma população dos concelhos urbanos mais próximos.

3.2. Características dos Residentes e Visitantes da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho

Relativamente aos visitantes e residentes por nós inquiridos¹⁴, tendo em conta as suas características objectivas, podemos começar por salientar as suas evidentes diferenças. Assim, em primeiro lugar, verifica-se que os visitantes de ambas as áreas são mais jovens que os residentes, mais escolarizados, possuem maiores níveis de rendimento, destacam-se por terem uma posição política que podemos situar mais à *esquerda* e ainda por defenderem, com maior frequência valores de tipo *pós-materialista*¹⁵, como podemos ver nas figuras de 1 a 5.

Desde logo, no que se refere à estrutura etária dos inquiridos (figura 1), observamos que os visitantes da área da Serra da Freita são mais jovens do que os visitantes do PNM. De facto, cerca de 50% dos inquiridos desta categoria na Serra da

¹³ A inexistência de quaisquer estudos sobre o número e o tipo de visitantes que esta área recebe, impede-nos de apresentar dados concretos.

¹⁴ Os inquéritos por questionário foram realizados entre Agosto de 1997 e Janeiro de 1998, a 150 visitantes e a 220 residentes em 16 freguesias do Parque Natural de Montesinho. Paralelamente, foram também realizados Inquéritos por Entrevista aos presidentes de Junta de Freguesia, aos presidentes da Câmara de Bragança e Vinhais, ao Director do Parque Natural e ainda ao coordenador da Associação de Desenvolvimento Local – CoraNE. No caso da Serra da Freita os inquéritos foram realizados entre Setembro de 1997 e Março de 1998. Foram inquiridos 150 visitantes e 201 residentes. Também foram realizadas entrevistas aos presidentes das Juntas de Freguesia, presidentes das Câmaras Municipais e aos representantes das duas Associações de Desenvolvimento Local – ADRIMAG e ADDLAP. A amostra aos residentes, em ambas as áreas, foi construída a partir do estabelecimento de quotas em função das suas características objectivas, como a idade, a condição perante o trabalho, o sector de actividade económica e o nível de escolaridade. No caso dos visitantes, também em ambas as áreas, realizámos igualmente uma amostra por quotas, para os locais mais procurados.

¹⁵ Foi construído um índice de materialismo com base numa bateria de questões relativas à adesão a um certo tipo de valores. As forma das questões e as categorias de resposta utilizadas são uma adaptação do que é proposto por Inglehart (1990).

Freita têm entre 20 e 29 anos. No que se refere aos residentes, não existem diferenças substanciais entre as duas áreas consideradas, havendo, não surpreendentemente (pelo tipo de amostras constituídas) maior homogeneidade na sua distribuição pelos diferentes grupos etários.

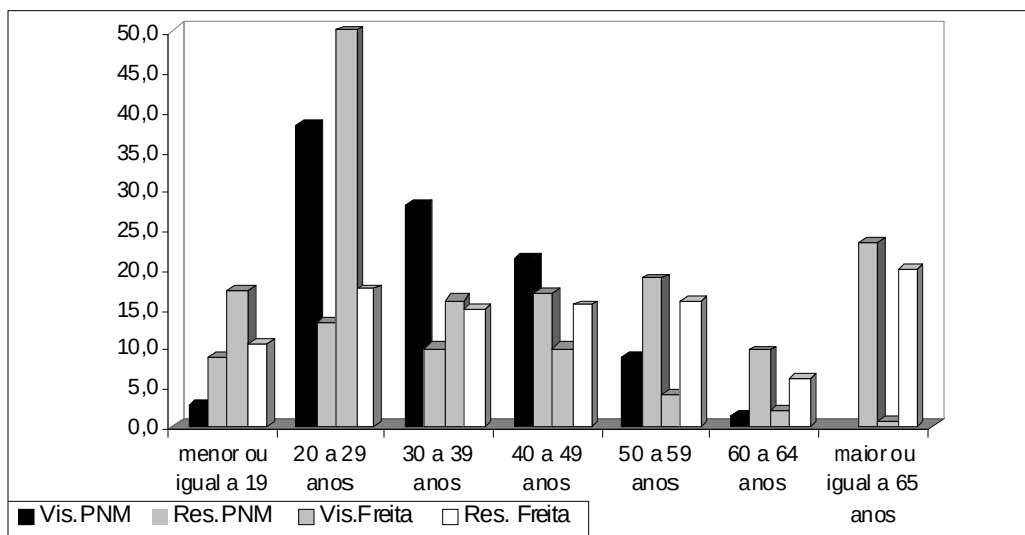


Figura 1 – Estrutura Etária dos Inquiridos na Serra da Freita e no PNM

Relativamente aos níveis de escolaridade (figura 2), os visitantes do PNM são os mais escolarizados, sendo que quase 80% possuem um grau de escolaridade equivalente ao Ensino Médio ou Superior. No caso dos visitantes da Serra da Freita, a percentagem de indivíduos nestas condições é de apenas 42%. Respectivamente 26% e 29,3% possuem um grau de escolaridade igual ou equivalente aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e ao Ensino Secundário. De salientar a quase total inversão deste quadro, no que se refere aos residentes que, em ambas as áreas, possuem na sua maioria apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico ou Equivalente.

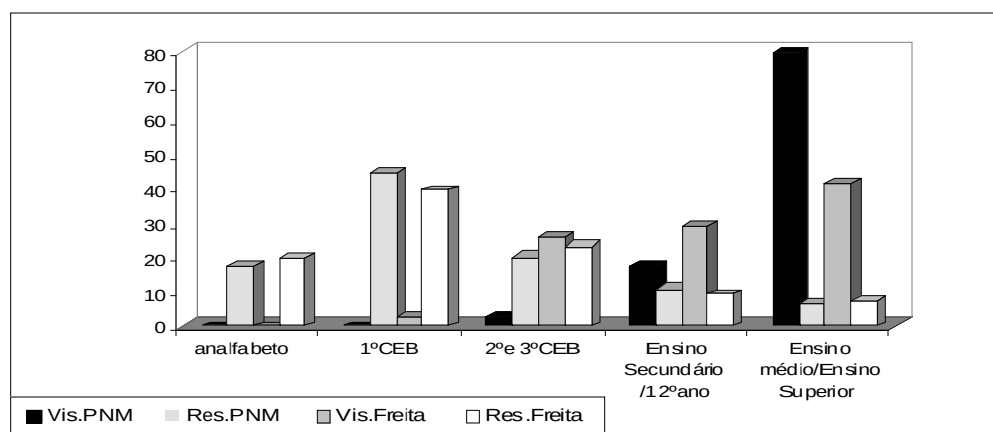
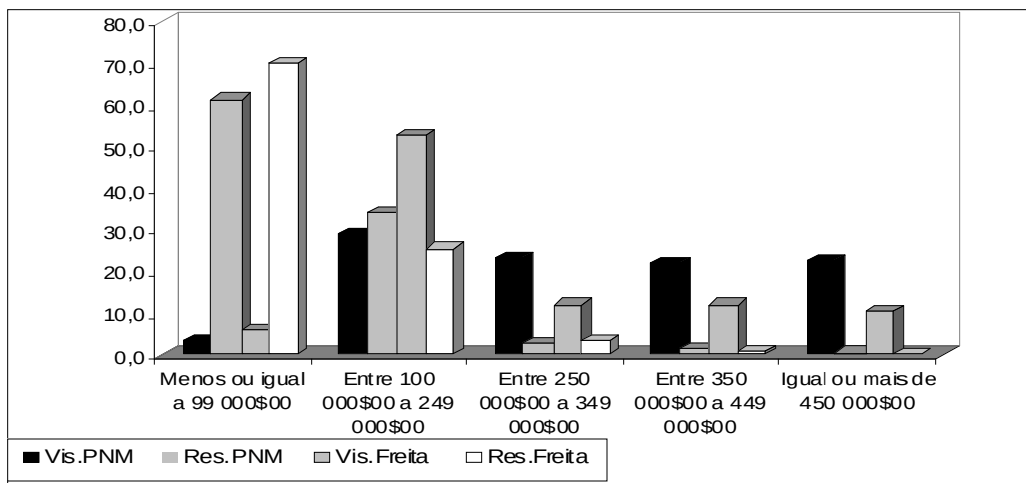


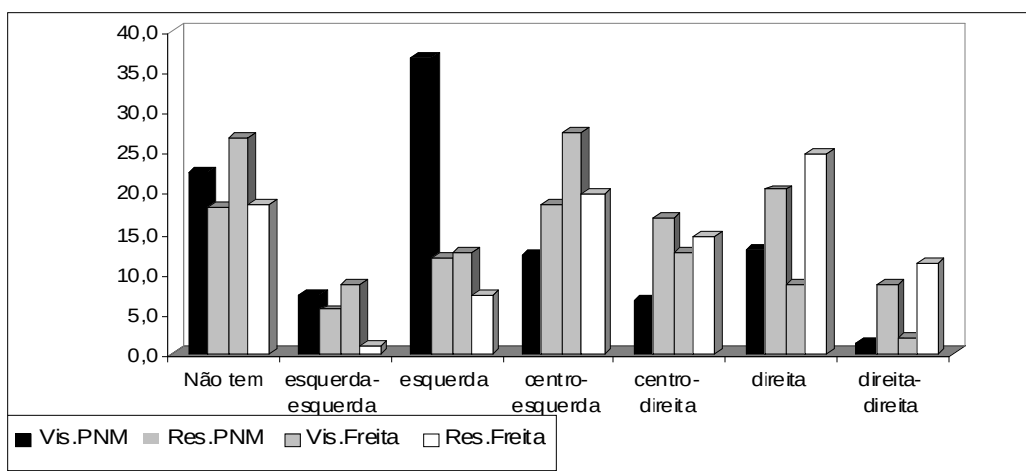
Figura 2 – Níveis de Escolaridade dos Inquiridos na Serra da Freita e no PNM

Em termos de rendimentos (figura 3), a maior diferença observada, consiste no facto de os residentes de ambas as áreas declararem que os seus agregados familiares possuem um rendimento mensal inferior ou igual a 99 000\$00.

**Figura 3 – Nível de Rendimentos Mensal do Agregado Familiar dos Inquiridos na Serra da Freita e no PNM**

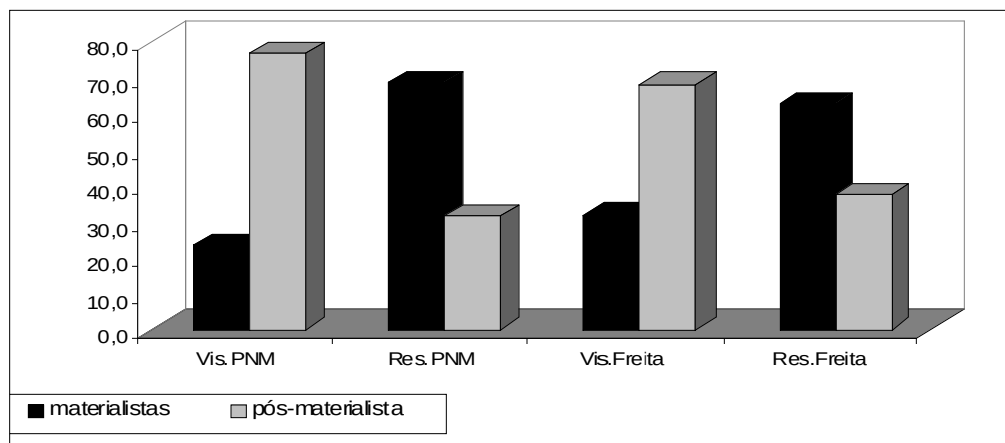
No caso dos visitantes existe (particularmente para os visitantes do PNM) uma distribuição mais homogénea pelos vários níveis de rendimento propostos.

Em termos de posicionamento político (figura 4), o traço mais marcante, para além das relativamente significativas percentagens de inquiridos que referem não possuir qualquer posição política, é o facto de os visitantes se situarem claramente mais à esquerda do que os residentes.

**Figura 4 – Posição Política dos Inquiridos na Serra da Freita e no PNM**

Se atendermos agora aos níveis de materialismo, a divisão entre residentes e visitantes torna-se mais nítida. Como podemos ver na figura 5, 76,4% e 68%,

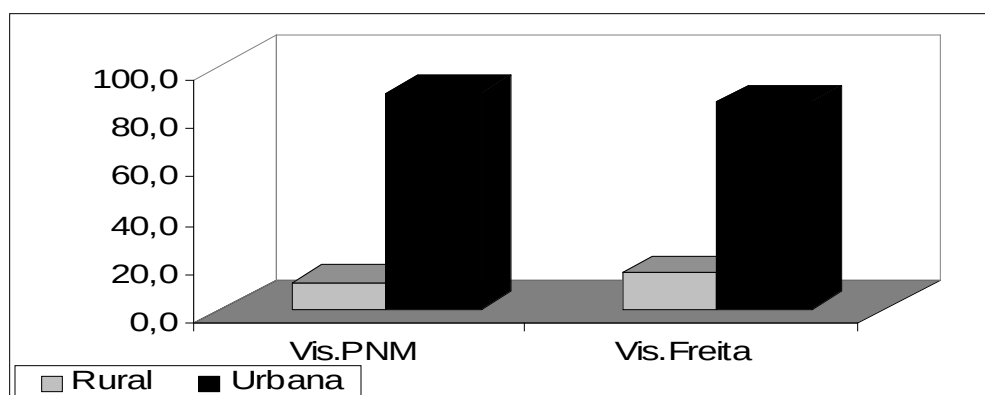
respectivamente, dos visitantes da área do PNM e da área da Serra da Freita defendem valores de tipo *pós-materialista*, enquanto que, respectivamente, 68,6% e 62,7% dos residentes do PNM e da Serra da Freita defendem valores do tipo *materialista*¹⁶. Tendo em conta que os indivíduos *pós-materialistas* são, em geral, mais jovens, mais instruídos, ocupando uma posição socio-económica mais elevada



que os *materialistas* e atendendo às características gerais dos visitantes e dos residentes de ambas as áreas de estudo, uma tal divisão, é perfeitamente explicável.

Figura 5 – Nível de Materialismo dos Inquiridos na Serra da Freita e no PNM

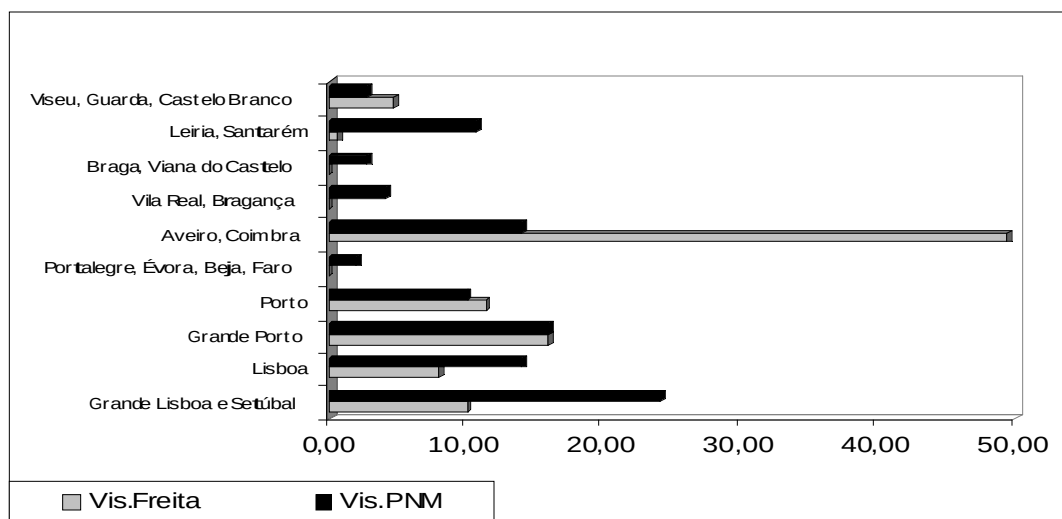
A origem dos visitantes de ambas as áreas é predominantemente urbana, como podemos ver na figura 6.



¹⁶ De acordo com Inglehart (1990), os valores de tipo *pós-materialista* podem ser sintetizados no seguinte: a valorização da liberdade de expressão; da cidadania e da participação e envolvimento na vida pública; da humanização crescente da sociedade; da solidariedade; do pacifismo, da defesa de valores e causas sociais associadas ao fim de conflitos económicos e sociais; da supremacia das ideias sobre o dinheiro e, finalmente, da protecção do ambiente. Os valores de tipo *materialista* identificam-se com aspectos como: a luta contra a inflação; a existência de exércitos nacionais fortes; a segurança física; a manutenção do crescimento económico; a luta contra o crime e a estabilidade económica.

Figura 6 – Origem dos Visitantes Inquiridos nas Áreas da Serra da Freita e do PNM

Ainda tendo em conta a origem dos visitantes de ambas as áreas, observamos que há uma maior dispersão geográfica dos inquiridos na área do Parque do que dos da área da Serra da Freita (figura 7).

**Figura 7 – Origem Geográfica dos Visitantes Inquiridos nas Áreas da Serra da Freita e do PNM**

Os visitantes inquiridos na área da Serra da Freita são, essencialmente, oriundos de áreas urbanas relativamente próximas, como S. João da Madeira ou Vila da Feira, pertencentes ao Distrito de Aveiro, ou ainda do Grande Porto. Já os visitantes do PNM são sobretudo oriundos de Lisboa e da Grande Lisboa. Estas diferenças podem ser explicadas pelo tipo de recreio desenvolvido pelas duas categorias de visitantes. Assim, enquanto no caso da Serra da Freita estamos perante visitantes que apenas passam umas horas na área da Serra, no caso do PNM, os visitantes demoram-se, em geral, três ou mais dias nesta área (figura 8)

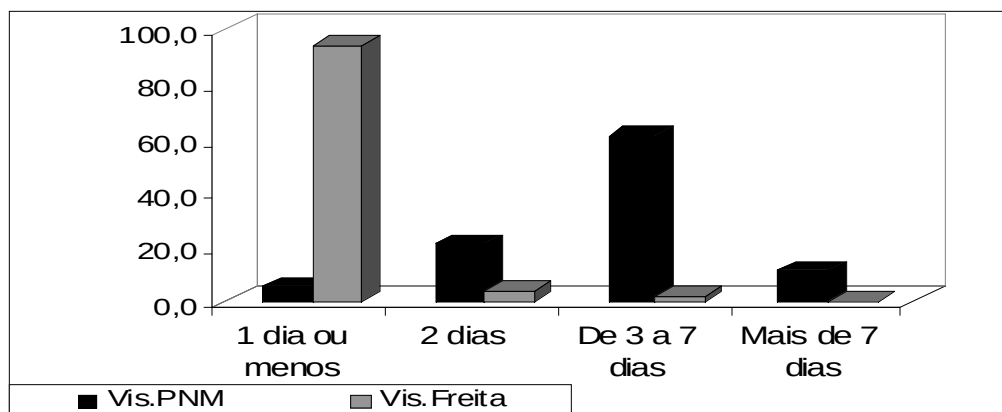


Figura 8 – Duração da Visita às Áreas da Serra da Freita e do PNM

Efectivamente, 94% dos visitantes inquiridos na área da Serra da Freita apenas demora um dia ou menos na visita a esta área. No caso dos visitantes inquiridos no PNM, 61,3% demora entre 3 a 7 dias na sua visita.

Os dados relativos às visões dos residentes e visitantes, no que se refere às questões do ambiente, da natureza e do desenvolvimento económico, espelham a acentuada dicotomia que observámos entre ambos os tipos de inquiridos, em termos das suas características objectivas e em termos do tipo de valores defendidos por cada um deles.

3.3. A Natureza, o Ambiente e o Desenvolvimento Sócio-Económico

Como se disse, pelas características dos dois tipos de inquiridos podemos facilmente observar que se trata de dois universos muito distintos, distinção que é um factor determinante na consideração do ambiente rural como amenidade e/ou como algo a preservar.

Estas diferenças são desde logo perceptíveis na forma como ambos os tipos de inquiridos encaram as regras e as normas em vigor no PNM e a eventualidade da sua existência na área da serra da freita. Efectivamente, enquanto a maior parte dos visitantes em ambas as áreas demonstra uma concordância quase total com a existência e o conteúdo dessas normas, uma parte muito significativa dos residentes mostra-se em claro desacordo com elas (figuras 9 e 10).

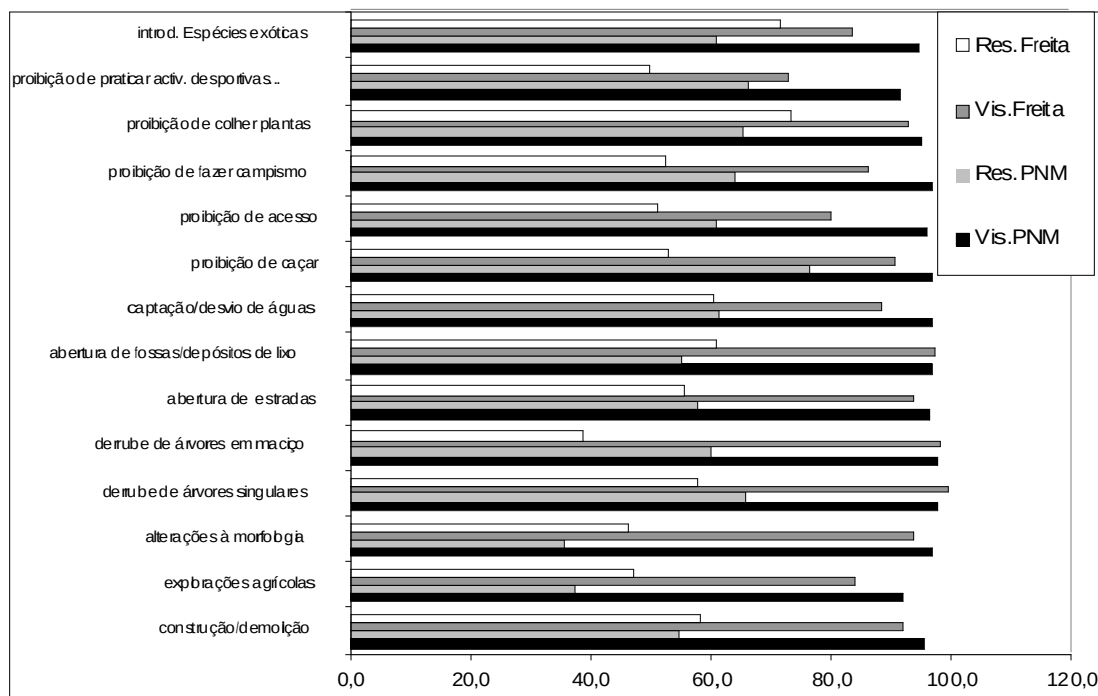


Figura 9 – Concordância com algumas regras e restrições existentes e possíveis nas áreas do PNM e da Serra da Freita

Estas diferenças são particularmente importantes quando se trata de regras como a construção de edifícios ou de vias de comunicação, o derrube de árvores em maciço, as alterações à morfologia do terreno ou ainda como as regras relativas à instalação ou expansão de explorações agrícolas. Começam, assim, a desenhar-se dois *ambientes*: o que é espaço de recreio e lazer e aquele que é espaço de vida. No primeiro caso, as regras e restrições são consideradas fundamentais para a preservação do espaço de recreio e, no segundo caso, elas são consideradas constrangimentos às actividades quotidianas e, em grande medida, ao desenvolvimento local tal como ele é perspectivado pelos habitantes. Esta tese vai ao encontro da *sacralização* da natureza e do ambiente por parte dos visitantes das áreas rurais, a que aludimos antes, assim como a posição menos concordante por parte dos

residentes reforça o que também dissemos acerca da visão *utilitária* dos locais face à mesma natureza e ao mesmo ambiente.

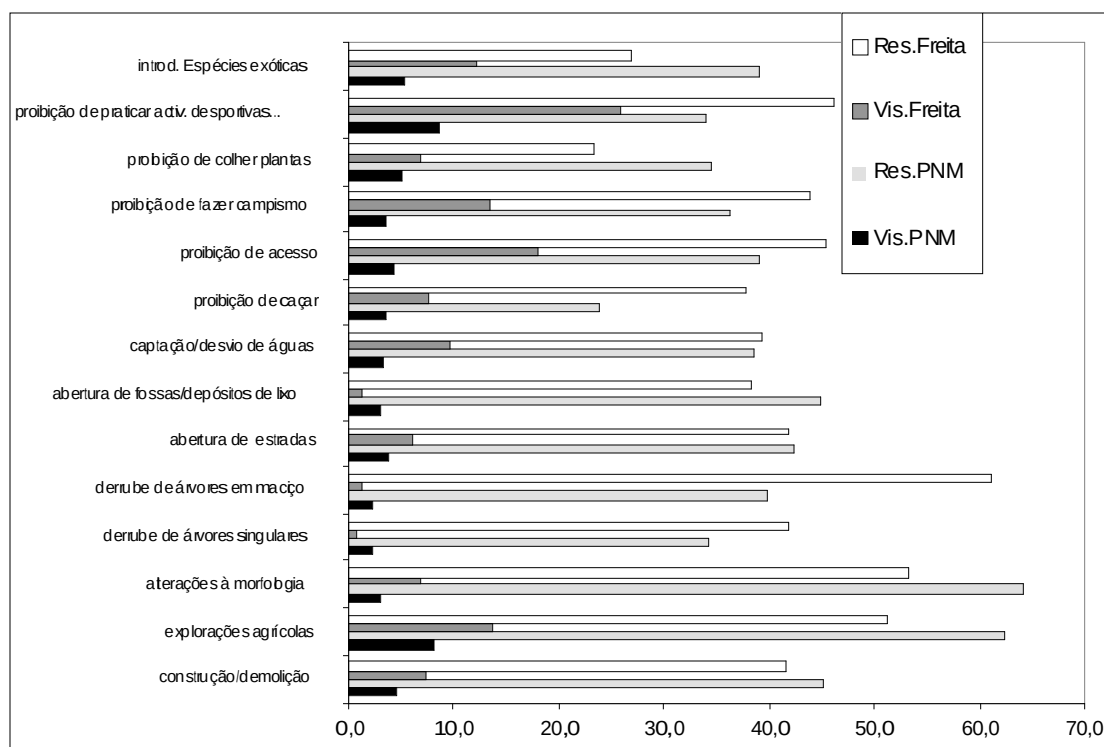
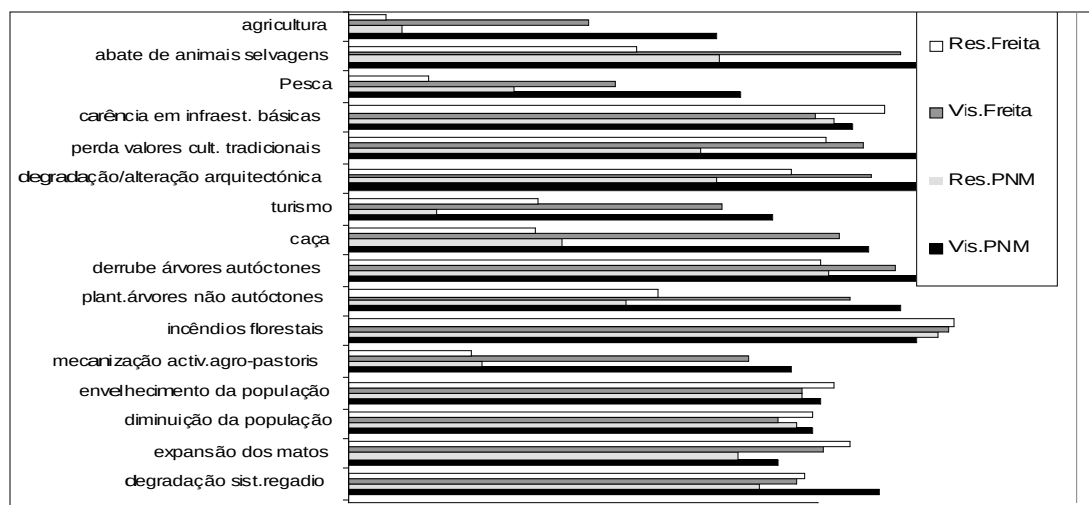


Figura 10 – Não Concordância com algumas regras e restrições existentes e possíveis nas áreas do PNM e da Serra da Freita

As diferenças entre estes dois universos torna-se ainda mais evidente se tivermos em conta os aspectos que os inquiridos consideram como mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente em ambas as áreas de estudo consideradas neste trabalho. Como podemos observar a partir das figuras 11 e 12, a maior parte dos visitantes considera os aspectos propostos como susceptíveis de degradar o ambiente, enquanto que grande parte dos residentes considera-os pouco ou nada susceptíveis.

As diferenças entre os dois universos de inquiridos são particularmente nítidas



uma vez mais, em aspectos como a abertura de novas estradas, a exploração de inertes, a actividade agrícola, a plantação de árvores não autóctones, a caça, o turismo, entre outros, que os residentes tendem a não considerar muito susceptíveis de contribuir para a degradação do ambiente nas suas áreas de residência, como os visitantes.

Figura 11 – Aspectos considerados susceptíveis de degradar o ambiente, nas áreas da Serra da Freita e do PNM

As diferenças assinaladas não parecem radicar apenas nas diferenças observadas quanto às características objectivas destes dois universos, mas também no facto de para os visitantes as áreas consideradas representarem “*uma fuga ao seu quadro de vida quotidiano*” (Picon, 1992). Para os residentes, como temos vindo a referir, este território é o seu *quadro de vida quotidiano*, o seu espaço de vida e de actividade.

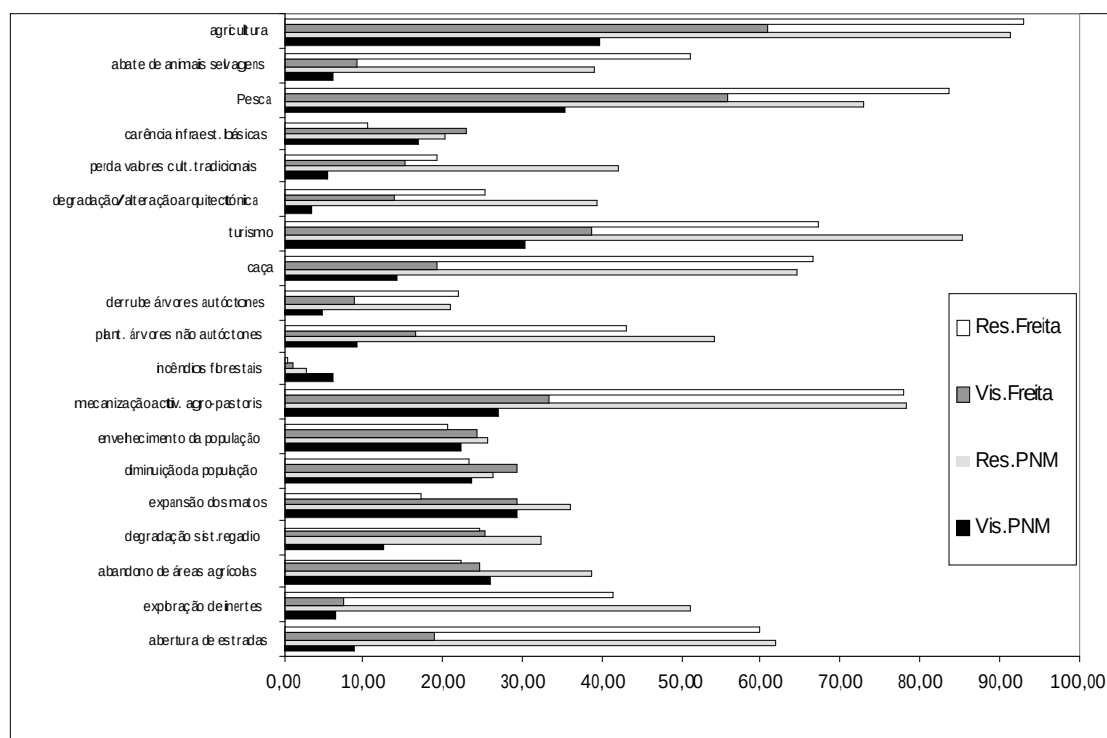


Figura 12 – Aspectos considerados não susceptíveis de degradar o ambiente, nas áreas da Serra da Freita e do PNM

As representações relativamente à relação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento económico nas áreas de estudo, também suscita algumas diferenças entre quem visita estas áreas e quem as habita (figura 13). Assim, no que se refere concretamente à área do PNM, verificamos que tanto visitantes como residentes dão prioridade à conciliação de ambos os aspectos, muito embora uma

percentagem muito significativa de habitantes (40%) considere que a prioridade deve ser dada apenas ao desenvolvimento económico. Na área da Serra da Freita, os residentes dão também prioridade à conciliação daqueles dois aspectos, mas igualmente cerca de 40% referem o desenvolvimento económico como prioritário para esta área. Os visitantes da Serra da Freita distinguem-se dos restantes inquiridos, uma vez que 45% consideram que a prioridade deve ser dada apenas à protecção do ambiente.

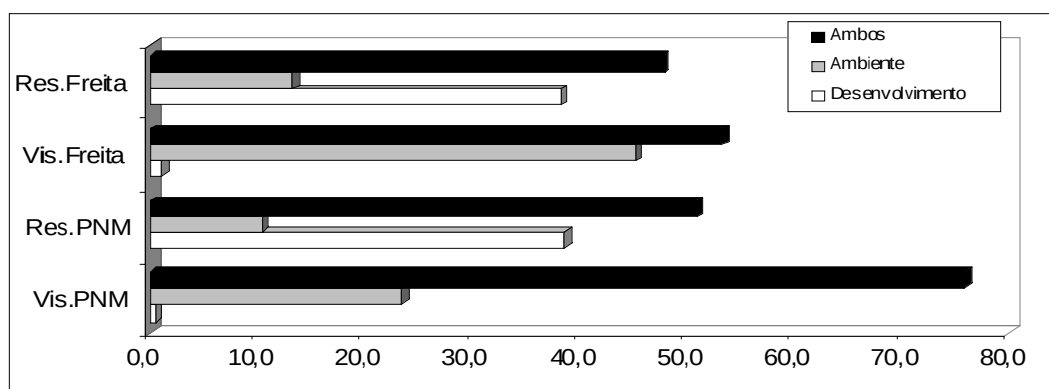


Figura 13 – Prioridade dada na Relação Ambiente/Desenvolvimento Económico

Em ambas as áreas de estudo existe uma maior percentagem de visitantes que considera a protecção e preservação do ambiente um objectivo importante, essencialmente por razões que podemos designar como *imateriais* e que podemos sintetizar na preocupação com as gerações futuras; com a preservação dos recursos naturais pelo seu valor intrínseco ou ainda com os direitos próprios da natureza. Os residentes, por seu lado, consideram a preservação do ambiente também importante, mas as razões apontadas têm um carácter mais *material*, i.e., privilegiam aspectos como a saúde humana; o assegurar do desenvolvimento económico e tendem a encarar a natureza essencialmente como suporte das actividades económicas. Na mesma linha, existe uma percentagem mais elevada de residentes que consideram que as paisagens alteradas pelo Homem são aquelas que contém maior beleza, numa clara associação da natureza e do ambiente com o *vivido*. Os visitantes privilegiam as paisagens onde a acção humana não se faz sentir, o que confirma de certo modo a teses de que os visitantes procuram essencialmente nas áreas rurais uma natureza *cristalizada* e *selvagem*. As razões apontadas pelos visitantes para a frequência das áreas do PNM e da Serra da Freita confirmam igualmente estas conclusões, já que, como podemos verificar na figura 14, a sua larga maioria procura a *beleza das paisagens*; o *ar puro*; o *contacto com a natureza*; a *observação de animais e plantas autóctones*, entre outras razões menos importantes.

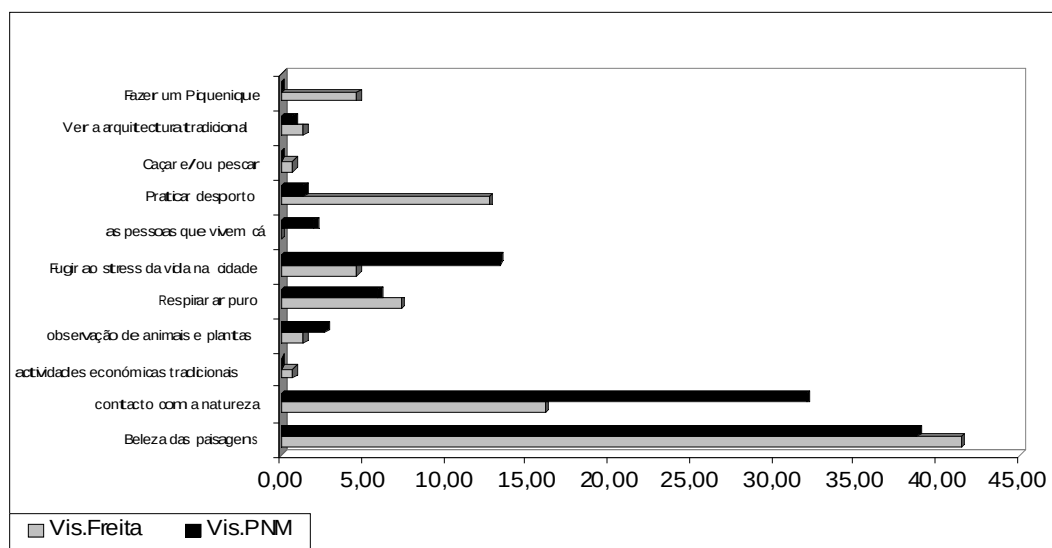


Figura 14 – razões da Visita às áreas da Serra da Freita e do PNM

Os visitantes que referem como razões da visita a ambas as áreas os aspectos relacionados com a vida rural propriamente dita ou com as características de *humanização* dos espaços rurais, representam uma pequena parte do total. Trata-se assim de um rural que é prioritariamente entendido, procurado e consumido como espaço natural e não como espaço de vida de outros actores sociais. São de assinalar algumas diferenças entre os visitantes das duas áreas. Assim, é nítida a maior percentagem de inquiridos da área do PNM que refere *o contacto com a natureza*, assim como a *fuga ao stress da vida na cidade*. Por sua vez, os visitantes da Serra da Freita apontam em maior percentagem a possibilidade de *praticar desporto*, assim como a possibilidade de *fazer um piquenique*, razão esta que não é apontada por nenhum inquirido na área do Parque. Podemos dizer que, de forma geral, as razões que motivam os visitantes do PNM para a frequência desta área se encontram mais directamente relacionadas com o estatuto de *área protegida* que no que se refere às percepções de visitantes e residentes sobre os níveis de desenvolvimento económico de ambas as áreas consideradas podemos observar através da figura 15, que a maioria dos inquiridos as percebe como sendo pouco desenvolvidas (percentagens sempre superiores a 57%).

É ainda importante salientar que para 25% dos visitantes (contra 10% dos residentes) a área do PNM é considerada como não sendo desenvolvida. No caso da Serra da Freita, apesar de se manter esta diferença entre residentes e visitantes, a diferença não é tão importante. As principais diferenças entre os dois universos de inquiridos, contudo, situam-se ao nível das razões apontadas. Assim, os visitantes do

Parque apontam como razão para o pouco desenvolvimento desta área, por um lado, o seu isolamento e afastamento geográfico relativamente aos centros urbanos mais importantes do país, por outro lado, apontam também o facto de existir na área uma integração harmoniosa entre o Homem e o meio natural. Estes aspectos são demonstrativos da relação estabelecida anteriormente entre o *atraso* ou o *subdesenvolvimento* das áreas rurais e o seu crescente *simbolismo ambiental*. Os residentes da mesma área, apontam como razões para o seu pouco desenvolvimento, aspectos de natureza mais prática como a inexistência de empregos, de infraestruturas e serviços e ainda o declínio populacional. Nenhum dos residentes inquiridos associa o nível de desenvolvimento da área com a conservação da natureza.

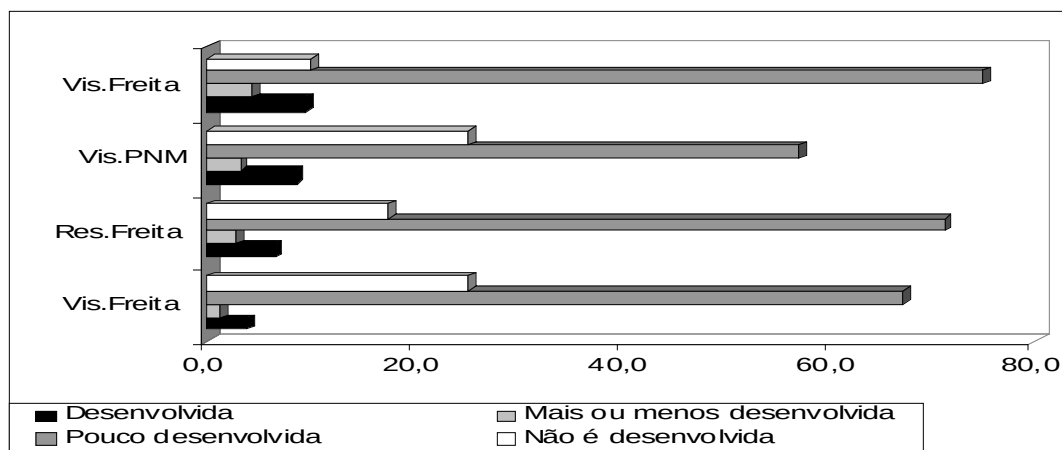


Figura 15 – Nível de Desenvolvimento Social e Económico atribuído às áreas do PNM e da Serra da Freita

No caso da área da Serra da Freita, os visitantes apontam como razões também o isolamento e afastamento geográfico relativamente aos grandes centros urbanos, a inexistência de infraestruturas básicas e ainda o facto de a Serra ser *uma área rural*¹⁷. De salientar ainda que apenas 2% dos visitantes inquiridos nesta área refere questões relacionadas com a protecção do ambiente ou da natureza. Mais uma vez, tal facto parece-nos poder ser explicado pelo estatuto legal de protecção de que a área do Parque possui e que tende a formar a opinião de quem a visita neste sentido. Os residentes da área da Serra da Freita aponta sobretudo razões mais práticas e que se prendem mais com as necessidades sentidas no quotidiano, como sendo a inexistência de empregos, de indústrias, as carências em termos de serviços e de infraestruturas básicas e também o declínio e/ou o envelhecimento da população.

¹⁷ 15% dos visitantes inquiridos na área da Serra da Freita deram esta resposta como justificação para a insuficiência ou ausência de desenvolvimento socio-económico daquela mesma área.

A partir destes resultados, podemos considerar que existem igualmente duas visões contrastantes de desenvolvimento. Assim, os visitantes do PNM, pelo próprio estatuto da área que visitam, tendem a considerar que o desenvolvimento (ou a ausência dele) está relacionado com aspectos *naturais* e com a protecção do ambiente. Para os residentes de ambas as áreas e também para os visitantes da Serra da Freita, estes aspectos parecem ter pouca relação com os níveis de desenvolvimento que é essencialmente entendido (no caso dos primeiros) como materializando-se em construções, indústrias, empregos e acesso a bens e serviços. No segundo caso, trata-se de uma clara identificação do *rural* com o *subdesenvolvimento* e *atraso* a que aludimos anteriormente.

4. Conclusão

De todas as considerações empíricas e teóricas anteriores, ressalta uma dicotomia clara entre as visões de rurais e de urbanos relativamente ao ambiente e à natureza rurais, assim, como relativamente aos processos de desenvolvimento económico e social. Ressalta ainda que o ambiente é, sem dúvida, o grande motor da procura e do consumo *externos* de ambas as áreas estudadas.

Pelas características das procuras e consumos destes ambientes rurais, não é surpreendente que os visitantes do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita considerem como aspectos graves o esvaziamento da paisagem rural de alguns dos elementos que a constituem e que, entendemos nós, são fundamentais para a sua continuidade: o Homem e a actividade agrícola. Para os residentes, inversamente, são as ameaças de desaparecimento de alguns dos aspectos que humanizam e dão forma à paisagem destas áreas como actualmente as conhecemos, que consideram mais susceptíveis de degradar o ambiente. A esta percepção subjaz a visão do ambiente rural como *vivido*. Ao contrário, às percepções dos visitantes está essencialmente subjacente o seu entendimento como *desejado* e como *objecto estético*.

O ambiente rural (neste trabalho materializado nas áreas do PNM e da Serra da Freita) tem vindo cada vez mais a constituir-se como um símbolo para os residentes urbanos, essencialmente na medida em que estes o percebem como *natural*. Muitos dos visitantes inquiridos vêem as paisagens do Parque e da Serra como uma realidade não fabricada por homens, animais e máquinas. Aqui reside a grande motivação do consumo urbano das áreas rurais, i.e., como lugares-reserva de

qualidade ambiental, mais do que como lugares de preservação de tradições culturais e de memórias e sobretudo, mais do que como lugares de vida para outros indivíduos. Os residentes destas áreas, como vimos, têm do seu ambiente uma percepção menos idealizada, mais prática e mais utilitária, porque mais quotidiana e vivida. A natureza rural, tal como referem Mathieu e Jollivet (1989) é bem menos natural do que aparenta e contém importantes factores de humanização que não podem ser negligenciados, mesmo em prol das necessidades dos urbanos (e.g. Figueiredo, 1999b, 2001).

Se, como dissemos, o rural possui hoje uma função ambiental inegável, essencialmente para os *não rurais*, mas em última análise, para a sociedade entendida globalmente, essa mesma função poderá ter efeitos que podemos qualificar como *preversos* em áreas cuja população parece aspirar a níveis e a modos de desenvolvimento assentes numa lógica urbana e/ou industrial.

5. Referências Bibliográficas

- Buttel, F.H. (1992) "Environmentalization: Origins, Processes and Implications for Rural Social Change" in *Rural Sociology*, Vol. 57,nº1
- Caballero, P.M.R. (1998) *Área Periférica, de Borde, Fronteiriza - Área Protegida*, Bragança, Parque Natural de Montesinho,
- CCE (1988) *The Future of Rural Society*, Bulletin of the European Communities 4/88, Bruxelas
- Etchelecou, A. (1991) "Population, Territory, Environment: A New Challenge for Social Regulation" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXI, nº4,pp. 300-308
- Figueiredo, E. (1994) "O Espaço Rural em Questão: Contributos para uma Reflexão em torno do conceito de Ruralidade" in *Rurália - Revista da Ruralidade*, nº 3
- Figueiredo, E. (1996) "Verdes são os Campos... O Mundo Rural como reserva de Qualificação Ambiental" in Borrego, C. et al. (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro, UA/CCRC
- Figueiredo, E. (1999a) "Árvores de Ninguém: O Lugar da Floresta num Mundo Rural a Desaparecer", comunicação apresentada, por convite, ao *Workshop – A Floresta: Práticas e Perspectivas*, Viseu: Lusitânia

- Figueiredo, E. (1999b) "Ambiente Rural - A Utopia dos Urbanos?" in Cavaco, C. (coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio Utopia*, Coleção Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 50, Lisboa: CEG - UL, pp.263-279
- Figueiredo, E. (1999c) "As Cidades e as Serras... Visões Rurais e Urbanas do Ambiente Rural" in Santana, F. et al. (org.) *Actas da VI Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Lisboa: FCT-UNL, Vol. 1, pp. 729-742
- Figueiredo, E. (2000) "Um Parque para Viver... Outro Para Visitar – as Visões dos residentes e visitantes sobre o Parque Natural de Montesinho" no *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra: APS, (em publicação)
- Figueiredo, E. (2001) "O Rural Como Reserva Ambiental – O Lugar do Ambiente nas procuras Externas das Áreas Rurais em Portugal", comunicação apresentada ao *IV Coloquio Hispano-Portugués De Estudios Rurales: La Multifuncionalidad De Los Espacios Rurales De La Península Ibérica*, IDEGA, Santiago de Compostela
- Figueiredo, E. e Martins, F. (2001) "«Uma Voz lá Dentro»... Expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 59, pp. 145- 171
- Figueiredo, E. e Rosa Pires, A. (1992) "As Políticas de Desenvolvimento Rural e a Questão Ambiental" in Rosa Pires, A. et al. (eds.) (1992) *Actas da III Conferência nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, II Volume, U.A /CCRC, pp. 845-856
- GAAPE (1996) *Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Freita - Relatório Final*, Aveiro: GAAPE
- Gafeira, C. (1989) *Parque Natural de Montesinho - população*, Lisboa, SNPRCN
- Gafeira, C. (1995a) *Alguns Indicadores sobre Habitação e População no Parque Natural de Montesinho*, Lisboa, ICN
- Gafeira, C. (1995b) *População Activa nas Áreas Protegidas*, Lisboa, ICN
- Inglehart, R (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press
- Mansinho, M.I. e Schmidt, L. (1997) "Réinventer le Rural par L'Environnement" in Jollivet, M. (dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp.261-308

- Mathieu, N. e Jollivet, M. (1989) "De la Question de la Nature à la Question de L'Environnement " in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Ed.) *Du Rural á L'Environnement - La Question de La Nature Aujourd'hui*, Paris, L'Harmattan
- Mormont, M. (1994) "La Place de L'Environnement dans les Stratégies de Developpement Rural" in CEDRES - territoires D'Europe - Vol. II - *Éléments Fonctioniels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural*, Paris, CNRS Éditions
- OCDE (1993) *What Future for Our Countryside? - A Rural Development Policy*, Paris
- Picon, B. (1992) "Le Citoyen, le Savant, le Journaliste et le Politique" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Ed.) *Du Rural á L'Environnement - La Question de La Nature Aujourd'hui*, Paris, L'Harmattan
- Redclift, M. e Woodgate, G. (1994) "Sociology and the Environment: Discordant Discourse?" in Redclift, M. e Benton, T. et al. (1994) *Social Theory and the Global Environment*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 51-66
- Reis, M. e Lima, A.V. (1998) "Desenvolvimento, Território e Ambiente" in Viegas, J.M. e Costa, A.F. (org.) *Portugal, que Modernidade?* Lisboa: Celta Editora, pp. 329-363
- Reis, J. e Santos, B.S. (1995) "Pela Reinvenção da Pequena Agricultura: A Necessidade de um Novo Pensamento Técnico" in IEADR/CNGPL (Org) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, IEADR/CNGPL

Localização das Áreas de Estudo

